



O Prof. Juarez Freitas, um dos mais eminentes juristas brasileiros, reflete, com elegante profundidade, sobre o tema da *Sustentabilidade: Direito ao Futuro*, na terceira edição desse livro premiado (Medalha Pontes de Miranda, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas). Incorpora sutis reflexões sobre a pesquisa mundial recente, inclusive sobre a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. E o faz com a notável consistência de sempre e a ênfase na dimensão jurídico-política. Demonstra que a sustentabilidade é um princípio constitucional, de caráter vinculante, o qual tem o condão de modificar profundamente o modo de conceber e significar todos os ramos do Direito. Revela os enormes benefícios, diretos e indiretos, da adotar a perspectiva do desenvolvimento de baixo carbono. Desfaz falácias e alerta para armadilhas que inibem a eficácia da prevenção, da precaução e da responsabilidade pelo ciclo de vida de bens e serviços. Defende o Estado Sustentável, com políticas de longo prazo, orientadas para o bem-estar de gerações presentes e futuras. Agrega *insights* e propõe a revisão ponderada de várias categorias. Certamente, eis uma obra que merece ser aclamada como referência obrigatória.

*Autor*  
**JUAREZ FREITAS**

## **SUSTENTABILIDADE**

**DIREITO AO FUTURO**

**- 3ª EDIÇÃO -**

*Área específica*

Ciências Ambientais, Políticas Públicas e Direito Ambiental.

*Áreas afins*

Psicologia (Tomada das Decisões), Política, Regulação, Direitos Fundamentais, Ética, Economia.

*Público-alvo*

Ambientalistas, juristas, economistas, reguladores, políticos, filósofos, psicólogos, público em geral.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000955

F866s	Freitas, Juarez Sustentabilidade: direito ao futuro / Juarez Freitas. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 374 p. ISBN 978-85-450-0119-5 1. Direito ambiental. 2. Direito administrativo. 3. Sustentabilidade. I. Título.	CDD: 341.347 CDU: 34:504
-------	---	-----------------------------

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):  
FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 374 p.  
ISBN 978-85-450-0119-5

## SUMÁRIO

Introdução..... 15

### CAPÍTULO 1

Sustentabilidade – Conceito.....	25
1.1 A espécie humana corre real perigo.....	25
1.2 Brasil do baixo carbono aparece no radar.....	29
1.3 Desenvolvimento sustentável: paradigma axiológico.....	33
1.4 Transformações indispensáveis: exemplos iniciais.....	37
1.5 Sustentabilidade não é princípio abstrato: vincula plenamente.....	41
1.6 Conceito de sustentabilidade.....	43
1.7 Se o homem insistir em destruir o planeta, antes a espécie humana será extinta.....	46
1.8 Relatório Brundtland foi e é importante, mas cumprir dar novos passos.....	48
1.9 O conceito de sustentabilidade deve incluir a multidimensionalidade do bem-estar.....	51

### CAPÍTULO 2

O que se entende por natureza multidimensional da sustentabilidade .....	59
2.1 A sustentabilidade é pluridimensional.....	59
2.2 Dimensões da sustentabilidade (social, ética, jurídico-política, econômica e ambiental).....	61
2.2.1 Dimensão social da sustentabilidade.....	62
2.2.2 Dimensão ética da sustentabilidade.....	64
2.2.3 Dimensão ambiental da sustentabilidade.....	68
2.2.4 Dimensão econômica da sustentabilidade.....	70
2.2.5 Dimensão jurídico-política da sustentabilidade.....	72
2.3 Dimensões entrelaçadas.....	77
2.4 Sustentabilidade é princípio-síntese que determina a proteção do direito ao futuro.....	78

### CAPÍTULO 3

Choque de paradigmas – o novo paradigma da sustentabilidade <i>versus</i> o paradigma da insaciabilidade patológica.....	81
3.1 Escolha inevitável.....	81
3.2 Contraste dos paradigmas.....	82
3.3 Em resumo.....	88

## **CAPÍTULO 4**

Nova agenda da sustentabilidade multidimensional .....	93
4.1 Principais tópicos.....	93
4.2 Bloco indissociável.....	109
4.3 Desenvolvimento e sustentabilidade: constituição mútua.....	111

## **CAPÍTULO 5**

Sustentabilidade como valor constitucional .....	115
5.1 O desenvolvimento sustentável, não qualquer desenvolvimento, é valor supremo.....	115
5.2 A sustentabilidade é valor supremo, no discurso constitucional.....	117
5.3 O desenvolvimento reconceituado.....	120
5.4 O mercado, por si, não dá conta das legítimas aspirações imateriais.....	121
5.5 Sustentabilidade é diretriz vinculante.....	123
5.6 Escolha valorativa de assento constitucional.....	126
5.7 Sustentabilidade inclusiva.....	133
5.8 Tudo recomenda ultrapassar reducionismos.....	135
5.9 Sustentabilidade veda omissões e ações danosas.....	136
5.10 A Constituição determina estratégias antecipatórias.....	138
5.11 Em resumo.....	139

## **CAPÍTULO 6**

Sustentabilidade – como vencer as falácias e as armadilhas argumentativas .....	141
6.1 Sustentabilidade exige lucidez, no processo de tomada da decisão.....	141
6.2 Noções subjacentes.....	142
6.3 Conceito de falácias.....	143
6.4 Principais falácias adversárias da sustentabilidade.....	144
6.4.1 Falácia “genética”.....	144
6.4.2 Falácia <i>ad populum</i> .....	145
6.4.3 Falácia <i>ad misericordiam</i> .....	146
6.4.4 Falácia da divisão.....	147
6.4.5 Falácia da falsa causa.....	147
6.4.6 Falácia do acidente.....	148
6.4.7 Falácia do consenso.....	149
6.4.8 Falácia da desqualificação pessoal.....	150
6.4.9 Falácia da ameaça.....	151
6.4.10 Falácias da autoridade e <i>ad ignorantiam</i> .....	151
6.4.11 Falácia da petição de princípio.....	152
6.4.12 Falácias das muitas questões.....	153
6.4.13 Falácia do uso malicioso de palavra ambígua.....	154
6.4.14 Falácia da sequência irresistível.....	155

6.4.15 Falácia das mãos contaminadas.....	155
6.5 Armadilhas argumentativas e psicológicas.....	156
6.5.1 Armadilha da ancoragem.....	157
6.5.2 Armadilha da excessiva confiança.....	158
6.5.3 Armadilha do apego ao <i>status quo</i> .....	159
6.5.4 Armadilha da proteção das decisões anteriores.....	161
6.5.5 Armadilha da confirmação das evidências.....	162
6.5.6 Armadilha do enquadramento.....	163
6.5.7 Armadilha da evocação distorcida.....	164
6.5.8 Armadilha da cautela excessiva.....	165
6.5.9 Armadilha da percepção de padrões inexistentes.....	166
6.6 Mudanças mentais a favor da sustentabilidade.....	167
6.7 Conceito de decisões insustentáveis.....	169
6.8 Em resumo.....	169

## **CAPÍTULO 7**

Sustentabilidade e educação para o desenvolvimento que importa .....	171
7.1 Prioritária educação para a sustentabilidade.....	171
7.2 Quatro premissas para uma educação exitosa.....	173
7.3 Pré-compreensões terão de ser trocadas.....	176
7.4 Em resumo.....	181

## **CAPÍTULO 8**

Sustentabilidade e a indispensável superação dos vícios políticos.....	183
8.1 Questão-chave.....	183
8.2 Quatro principais vícios da política insustentável.....	188
8.2.1 Primeiro vício – <i>Patrimonialismo</i> .....	188
8.2.2 Segundo vício – <i>Tráfico de influências</i> .....	190
8.2.3 Terceiro vício – <i>Omissivismo</i> .....	192
8.2.4 Quarto vício – <i>Mercenarismo</i> .....	195
8.3 A política da sustentabilidade.....	197

## **CAPÍTULO 9**

Sustentabilidade e o Novo Direito Administrativo.....	205
9.1 Mudança de paradigma do Direito Administrativo.....	205
9.2 Da sustentabilidade nas relações administrativas.....	207
9.3 Transições rumo à sustentabilidade.....	215
9.3.1 Racionalidade imparcial, eficiente e eficaz.....	215
9.3.2 Fundamentação e devida processualização das decisões.....	216
9.3.3 Sindicabilidade aprofundada das condutas do agente estatal.....	217
9.3.4 Resolução administrativa dos conflitos.....	218
9.3.5 Fim do burocratismo paralisante.....	218
9.3.6 Prevenção e precaução, em lugar da gestão que chega tarde.....	219
9.3.7 Defesa da constitucionalidade de ofício e da regulação do Estado Sustentável.....	220
9.4 Principais mudanças na hermenêutica das relações de administração.....	221
9.5 Sustentabilidade e regulação.....	227
9.5.1 Regulação: necessidade de novo modelo.....	227
9.5.2 Conceito de regulação estatal.....	228
9.5.3 O agente regulador.....	230
9.5.4 Características da regulação sustentável.....	233
9.6 Licitações e contratações sustentáveis: obrigatoriedade	

de ponderação dos custos e benefícios, diretos e indiretos.....	244
9.6.1 Incorporação cogente de critérios paramétricos de sustentabilidade para aferir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.....	244
9.6.2 Sustentabilidade e contratação administrativa.....	246
9.6.3 A proposta mais vantajosa é aquela que se encontra alinhada com as políticas públicas sustentáveis.....	260
9.6.4 Conceito de licitações sustentáveis.....	268
9.7 Rumo ao Estado sustentável.....	270

## **CAPÍTULO 10**

Sustentabilidade , responsabilidade do Estado e nova interpretação jurídica .....	275
10.1 Características do Estado Sustentável.....	275
10.2 Releitura da responsabilidade.....	281
10.2.1 Responsabilidade preventiva.....	282
10.2.2 Responsabilidade e proporcionalidade.....	283
10.2.3 Conceito de responsabilidade do Estado: o nexa causal.....	288
10.2.3.1 Excludentes do nexa causal.....	289
10.2.3.2 Responsabilidade por ação e omissão.....	290
10.2.4 Omissão desproporcional.....	292
10.2.5 Configuração da omissão: três questões.....	296
10.3 Reservas à reserva do possível.....	297
10.4 Princípios da prevenção e precaução.....	298
10.4.1 Princípio da prevenção.....	299
10.4.2 Princípio da precaução.....	300
10.4.3 Aplicabilidade dos princípios da prevenção e precaução.....	300
10.5 Interpretação jurídica à luz do princípio da sustentabilidade.....	306
10.6 Máximas de concretização da sustentabilidade.....	311
Conclusões .....	319
Referências .....	329